

O que engessa a economia

Brasil

Reclama-se de novo que a economia brasileira está "engessada" e que assim não pode continuar. O País precisa de desenvolvimento, dizem todos, no governo e na oposição.

Pode existir coisa mais óbvia e, portanto, mais inútil do que isso?

A questão relevante – por que o Brasil não cresce – é simplesmente deixada de lado, como se fosse um problema exclusivo do presidente ou do ministro da Fazenda. Os políticos, em particular os da base governista, esperam a presença da mídia, alteram a voz para clamar por desenvolvimento e pronto – o presidente ou o ministro que se virem.

Esse tipo de atitude reaparece sempre que não há ameaça de crise.

Deve-se registrar: o Congresso votou os mais importantes projetos referentes ao ajuste fiscal nos momentos em que a crise financeira internacional desabava sobre o País. Restabelecida a calma, as lideranças parlamentares logo se cansam dessa história de ajuste.

Esse é o problema real, o modo equivocado como se entende o dilema da economia brasileira. Há dois obstáculos ao crescimento: de um lado, o excesso de impostos com predominância de maus impostos que gravam a produção; de outro, o crédito escasso e os juros estratosféricos, tanto para as empresas quanto para os consumidores. Por trás desses dois obstáculos, o

mesmo problema: o rombo nas contas públicas.

Considere-se o caso dos juros. No dia mesmo em que várias lideranças criticavam a política econômica por falta de crescimento, na última terça-feira, o Senado pôde ouvir uma boa explicação. Na sabatina a que se submeteu para ser aprovado como diretor do Banco Central, o economista Carlos Eduardo de Freitas observou que os juros são altos por causa de "uma repressão financeira brutal". Segundo ele, de cada R\$ 3 que recebem em depósitos, os bancos ficam com apenas R\$ 1 para emprestar aos clientes privados.

Onde ficam os outros R\$ 2? Cobrindo dívidas do governo. Esse dinheiro é o dos compulsórios, recursos que os bancos deixam obrigatoriamente no Banco Central e aplicam, também obrigatoriamente, na compra dos títulos públicos.

Assim como veio aumentando impostos ao longo dos anos, inclusive sobre transações financeiras, o governo também veio elevando os compulsórios. A tal ponto que o sistema financeiro brasileiro é hoje o único do mundo a prever compulsórios sobre os depósitos a prazo recebidos pelos bancos.

Muito bom para o governo, que se finan-



cia sem dificuldades e à taxa de juros mais baixa do mercado embora ainda altíssima. E a conta vai para o setor privado, que fica com a parte menor e mais cara do crédito.

O presidente do BC, Armínio Fraga, informa que já reduziu parte dos compulsórios e que a instituição está desenvolvendo um trabalho de médio prazo para desmontar a repressão financeira.

Mas a condição para isso é reduzir a necessidade de financiamento do governo, nos seus três níveis. Lideranças parlamentares e empresários nacionais têm dito que os bancos oficiais federais, especialmente Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica, deveriam conceder mais crédito para apoiar investimentos do setor privado.

É uma boa idéia. Mas, no mesmo depoimento no Senado, Freitas disse que praticamente todos os empréstimos concedidos aos governos estaduais e prefeituras são de responsabilidade dos bancos oficiais. Estes ainda detêm cerca de 20% da dívida de Estados e municípios, estando o restante espalhado no caixa do governo federal. Só o Banco do Brasil tem em seus cofres mais de R\$ 16 bilhões em títulos do governo do Rio e da Prefeitura de São Paulo.

Títulos que não valem nada e, por isso, para que o BB não quebre outra vez, serão trocados por títulos federais. Haja compulsórios.

E voltamos ao tema que tanto aborrece o Congresso, o ajuste fiscal. O desmonte do absurdo sistema tributário, a ampliação do crédito e a redução dos juros para o setor privado dependem da redução do déficit público. Este, como já apontamos tantas vezes, decorre basicamente do crescimento de gastos com pessoal (mais grave para Estados e municípios) e principalmente com aposentadorias.

Crescimento econômico só é possível com diminuição dos déficits do governo

Não é mais possível resolver esse déficit com aumento de impostos. É essencial cortar as causas do crescimento dos gastos com pessoal e aposentadorias, com as reformas administrativa e da Previdência, assuntos que dependem essencialmente do Congresso.

Só então, quando o governo precisar de menos financiamento, sobrará dinheiro para o setor privado – e teremos o crescimento tão reclamado.

Agora, reclamar o crescimento querendo ignorar a outra parte da história, especialmente a responsabilidade do Congresso, isso é demagogia.